



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

PORTARIA Nº 825/2010-GAB.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 17003573/2008 – 14626, **R E S O L V E**:

Art. 1º - Outorgar a **JOEL ANDRÉ PÉS**, CPF nº _____, RG nº _____, a **SÉRGIO EDILBERTO ZIMMERMANN**, CPF nº _____, RG nº _____, e a **LEOMAR ANTÔNIO FONTANA**, CPF nº _____, RG nº _____ por 06 (seis) anos o uso das águas do **Córrego Fundo**, no ponto de coordenadas **14°54'51,7" S e 47°37'24" O**, no trecho localizado na _____, no município de **Água Fria de Goiás**, Estado de Goiás, para derivação durante **900 (novecentas) horas por ano**, de maio a julho, de até **47,00 l/s (quarenta e sete litros por segundo)**, para irrigação por pivô central, com área de **50,76 ha**.

Parágrafo Único – Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão deverão ser executadas no prazo de **01(um) ano** para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH**.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hídrica realizada pelo **ENGENHEIRO AGRÔNOMO JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES DE MELO**, CREA-GO Nº 1841/D, o qual torna-se **Responsável Técnico**, perante o Governo do Estado de Goiás, nos termos das Anotações de Responsabilidade Técnica.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 357, de 17 de março de 2.005 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. Verificar, junto aos órgãos competentes, a necessidade de requerer **Licenciamento Ambiental**;
- V. A captação será realizada em um barramento (P.14625), com volume total acumulado de **259.458,00 m³ (duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e oito metros cúbicos)**, suficiente para atender esta e outra irrigação (P. 14627), além de manter a vazão à jusante do **Córrego Fundo**.
- VI. Esta Portaria poderá ser revogada caso a construção da barragem (P. 14625) esteja em desacordo com o projeto e laudo técnico apresentados pelo Engenheiro Agrícola **Wellington de Paiva Almeida**, anotado no Conselho Regional de Engenharia sob o nº 2010230961 10.

Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

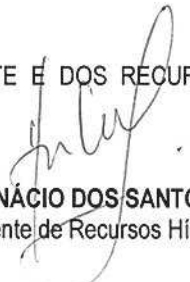
Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.

C U M P R A - S E.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em
Goiânia, aos 30 dias do mês de novembro de 2010.


ROBERTO GONÇALVES FREIRE
Secretário


HARLEN INÁCIO DOS SANTOS
Superintendente de Recursos Hídricos